

## **Eleições de 2024: Contribuição ao balanço e futuro**

*Texto produzido pelo GTN da DS para o debate na reunião da Coordenação Nacional da DS, nos dias 22 e 23 de novembro de 2024.*

### **1-Introdução**

Um balanço das eleições municipais de 2024 requer, inicialmente, elencar alguns condicionantes históricos e fatores objetivos e subjetivos presentes nesse processo, que vão além de simples estatísticas de números de votos e partidos vencedores ou perdedores por número de prefeituras ou de vereadores eleitos nas Câmaras Municipais.

Uma avaliação criteriosa exige incorporar a questão da hegemonia no contexto internacional, as relações de força e a nossa inserção como país e região neste processo, bem como isso se expressa no interior do país. Assim, um balanço do ocorrido poderá servir de ensinamento para as nossas eleições no futuro e avanços na débil experiência democrática do país.

### **2 - Aspectos conjunturais objetivos e subjetivos a serem considerados**

**a) O predomínio mundial do neoliberalismo permanece** no plano econômico, político e ideológico sob hegemonia dos EUA e UE, prevalecendo nas áreas de passado colonial. Isso alicerça-se na ameaça militar (tratados regionais) e na criminosa política de embargos, bloqueios econômicos, usurpações financeiras e guerras contra a soberania dos povos. Além disso, esse domínio imperialista é crescente através das big techs nas áreas da comunicação e da informação.

A Ideologia dominante deste processo é o fim do modelo capitalista do Estado de “bem estar social” e de regulador de conflitos, para a exacerbação do Estado mínimo, da liberdade sem freios, do individualismo e da anarquia do mercado, da negação da racionalidade e do planejamento e da anti política sustentada no conservadorismo dos costumes. É a grande matriz programática de todos os partidos capitalistas, inclusive aqueles escondidos em biombos social democratas, social liberais, conservadores e fundamentalistas religiosos. O caso brasileiro é um exemplo ilustrador dessa subserviência ideológico-política desses partidos.

**b) A crise do pensamento socialista enquanto expressão internacional permanece.** A derrocada da URSS, nos anos 90, e a submissão da social democracia ao neoliberalismo deixaram um vazio de referência nas lutas sociais e no enfrentamento ao capitalismo, ainda não preenchido. As vitórias eleitorais da esquerda em vários países isolados ocorrem, são necessárias e importam, mas ainda não expressam uma alternativa global.

O crescimento econômico da China e da Índia que, juntos com Rússia, Brasil e África do Sul, dão passos na formação de um bloco que escape da globalização neoliberal, os Brics, agora aberto a novas adesões numa visão de multipolaridade, cumpre importante papel em uma possível mudança de época, mas sem uma unidade de modelo alternativo, nem expressa disposição de disputa político-ideológica. Pelo peso econômico e populacional, pela busca de multipolaridade, de ampliação de intercâmbio econômico e de alternativa de domínio do dólar, o bloco já representa uma mudança qualitativa na geopolítica mundial, que justifica o Brasil ser um de seus protagonistas.

Esse processo parece distante do debate municipalista dessa campanha, mas não há como elidi-lo do debate político e programático que os Partidos precisam fazer com a sociedade, na formulação de uma alternativa que preencha a expectativa de “um outro mundo possível”.

**c) A vitória eleitoral na presidencial de 2022 com Lula - e a leve recuperação de representação congressual e nos legislativos estaduais - não impediu uma maioria de direita e do conservadorismo fisiológico e clientelista do “Centrão”,** que domina hoje o Senado e a Câmara, e impõem um cerco permanente ao Governo Lula, transformando-o em um governo de coalizão bem mais conservador do que a aliança que venceu as eleições.

A herança maldita do governo golpista de Temer (MDB) e o desastre do bolsonarismo (no ataque às conquistas históricas sociais e sindicais, na destruição do patrimônio público com as privatizações e os ataques à democracia) fortaleceram a liquidação do regime presidencialista com a malversação de grande parte do orçamento público para o clientelismo, a corrupção, com impossibilidade de racionalidade e planejamento no gasto público, via emendas parlamentares impositivas.

Amarrado pelo “teto de gastos”, pelas privatizações, sem controle da moeda, dos juros e do câmbio, o Governo Lula vem recuperando, com o que sobra do orçamento, políticas compensatórias e de direitos constitucionais, que também caminhavam para extinção com Temer (MDB) e Bolsonaro (PL).

Subordinado à coalizão, o governo não substituiu “as emendas parlamentares impositivas pelo orçamento participativo” anunciado na campanha eleitoral. O ensaio com o Plano Plurianual (PPA) em 2023 poderia ter sido uma novidade, uma

política pública essencial de democracia participativa e passível de extensão a todos os municípios. A Reforma Tributária ainda é uma incógnita, não sinaliza um aumento da participação do bolo tributário aos municípios.

As regiões no país atingidas por catástrofe climáticas e que tiveram a rápida e correta ação de apoio federal são neutralizadas, politicamente, pela intermediação dos Estados e municípios através de cadastros, contratos locais, e principalmente por uma mídia oposicionista e pelas Federações empresariais sem nenhuma disposição de reconhecer as ações e iniciativas do Governo Lula.

**d) A aprovação do Novo Arcabouço Fiscal** significou, de fato, uma subordinação negociada ao dogma neoliberal de austeridade fiscal. Além de limitar estruturalmente os novos investimentos em políticas sociais, em uma política mais robusta de elevação do defasado salário mínimo, de inibir o investimento público na formação de um novo ciclo sustentado de crescimento com distribuição de renda, ele cobra de forma permanente uma lógica de cortes de gastos em direitos sociais em uma situação já de extrema gravidade da crise social, sanitária e ecológica.

A política do governo Lula em relação ao Banco Central, após um período de questionamento às escandalosas políticas recessivas e rentistas ali tomadas por um representante direito de Bolsonaro, veio se ajustando a uma lógica de condução neoliberal, agravando a dívida pública, mantendo as taxas de juros em um patamar escorchante e defendendo um viés monetarista da política macroeconômica. Os novos membros indicados pelo governo para a diretoria do Banco Central, com exceção de uma única vez, têm votado por unanimidade seguindo estes fundamentos neoliberais.

É conhecido que o apoio eleitoral depende muito dos resultados da política econômica. Depois de uma crise mundial não superada, de uma pandemia que parou o mundo por quase dois anos, uma política econômica democrática e antineoliberal deveria prover-se de fortes instrumentos de planejamento e financiamento para conduzir o desenvolvimento com elevação da renda da maioria, com soberania nacional e sustentabilidade ambiental.

Pré-requisito para isso é enfrentar o miolo do poder neoliberal, o capital financeiro e sua apropriação do Estado por cima da soberania popular, especialmente a mal denominada independência do Banco Central. Boa parte do discurso e do convencimento vem da conquista de direitos e bem-estar social. No entanto, a política econômica atual viu a contragosto todas conquistas do programa eleito, como a elevação do salário mínimo.

A política econômica atual expressou mais as pressões do capital financeiro do que o programa democrático antineoliberal. Nem assentou a poeira da eleição, retomou a cantilena de cortes orçamentários (inclusive a pisos constitucionais e ao

salário mínimo) para compensar a carga cada vez maior da política de juros elevados do BC. Isso ajuda (e muito!) a explicar por que não saímos do lugar em termos de aprovação de governo, desde a vitória de 2022, o que limitou nossos resultados eleitorais.

O governo não tem adotado uma política clara de defesa da economia pública e inclusive o BNDES tem financiado políticas de privatização da gestão de escolas públicas, em escandalosa dissonância com a luta do professorado cutista. Membros do STF recém indicados pelo governo Lula votaram a favor de uma interpretação, capitaneada pelo ministro neoliberal Barroso, que significa um duro golpe histórico à construção da gestão pública, permitindo a contratação de servidores pela CLT, sem mais estabilidade e carreira.

Sem uma clara denúncia e programas coerentes e alternativos ao neoliberalismo não se pode construir vitórias políticas e eleitorais em meio à grave crise de civilização que enfrentamos. É a própria direita e extrema direita neoliberal neste quadro quem capitaliza o sentimento de crise em favor de suas propostas e lideranças.

Ou seja, a expectativa que existia, de uma transferência de votos para o campo popular e socialista na proporção dos votos de 2022, não ocorreu. Nem o governo nem a Frente Política que o elegeu tem conseguido tomar iniciativa ou organizar lutas e propostas que mobilizem e sejam assumidas pelo governo e que possam ir além da maioria Congressional que paralisa o governo.

**e) As eleições municipais, objetivamente, favorecem o conservadorismo e os Partidos do Centro e da Direita** pela facilidade de sobrevivência e implantação desses partidos na maioria dos pequenos e médios municípios. Nesses, a propriedade rural, o comércio e serviços em alguns até com base industrial, o poder econômico, o prestígio social, as rádios, os clubes, são instrumentos poderosos de conhecimento público, de influência nos empregos e da ameaça velada da perda do emprego ou do prejuízo pessoal de trabalhadores e prestadores de serviço que arriscam alguma independência política. Organizar e manter partidos do campo popular nestes municípios já é suficiente para colocar seus protagonistas sob suspeita.

Assim, o resultado das eleições municipais não pode ser visto apenas no quantitativo sem considerar esse conjunto de interferências que diminuem em eleições gerais. Em 2022, os piores resultados de Lula no RS, ficaram entre 20% e 30%. Nas eleições atuais, os votos na Frente Política que o elegeu no primeiro turno de 2022 ficaram muito aquém desse resultado e a simples inexistência de organização partidária e de candidaturas dessas Federações em centenas de municípios nos Estados são determinantes, também, nas baixas votações. Para ilustrar, em 2002, na primeira eleição de Lula o PT tinha apenas 187 prefeitos e 2.482 vereadores.

**f) Não há, também, como dissociar de uma avaliação do pleito o atual sistema eleitoral, as “regras do jogo”.** Estas estão direcionadas para favorecer o conservadorismo, para despolitizar o debate programático e ideológico da disputa e para favorecer o individualismo e o clientelismo, em detrimento de programa e projeto de governo. O voto nominal para os legislativos não cumpre um papel de educação política, de compreensão das diferenças de projetos, que as eleições deveriam ter. Em Porto Alegre, como em outras cidades, mais de 600 candidatos a vereador espalharam seus milhares de “windbanner” por ruas e praças, com identificação de nome e número do candidato e do Partido. Quantos eleitores identificavam esses números com um programa, um Partido ou Federação? O mesmo ocorria nas rádios e TV gratuitas. Passado o pleito, o que resta de compreensão ou consciência política do que será realizado ou cobrado do eleito?

O Fundo Eleitoral, criado para combater o poder econômico, não equalizou a disputa porque manteve o financiamento privado por Pessoas Físicas e trouxe para dentro dos Partidos uma disputa ilógica pelos recursos e uma desigual distribuição dos valores, sem critérios objetivos que os justifiquem. É flagrante a necessidade de acabar com esse anacronismo personalista e deseducador do voto nominal e estabelecer o voto partidário, em lista pré ordenada e com a seleção prévia dos candidatos (as) identificados e defensores de um programa partidário, que garanta ao eleitor o compromisso de sua realização no governo. Com isso, a lista partidária não só daria coerência aos eleitos, mas permitiria aos Partidos estabelecerem políticas de cotas e igualdade de gênero na representação, de acordo com suas deliberações congressuais.

Essa política fortalece os Partidos, compromete-os a terem coerência política, programas nacionais, organização democrática e maior respeito às leis em estruturas laicas, sem preconceitos religiosos, raciais ou de gênero. Isso ajudaria no combate ao oportunismo de cultos religiosos disfarçados de Partidos, flagrantemente inconstitucionais. Esse comportamento constitui-se, hoje, em um dos problemas da democracia brasileira pelo uso indevido da religião e pelo incentivo à intolerância e aos preconceitos na política.

Com esses condicionantes externos e internos é possível uma melhor compreensão da conjuntura vivida e das lições que podemos aprender com este processo eleitoral.

### **3 - Os números eleitorais nessa conjuntura**

Considerando o campo da esquerda e centro esquerda com representação parlamentar (PT, PSB, PSOL, PDT, PV, REDE e PCdoB), o número de votos alcançados nas majoritárias em 2024 - mais de 22 milhões - foi, praticamente, o

mesmo de 2020, onde este conjunto de forças chegou a 21 milhões de eleitores. O resultado, no entanto, não tem uma isonomia interna. Enquanto o PSB (312) e PT (252) tiveram crescimento no número de prefeitos, PDT(149), PCdoB (19), PV (14) e PSOL (0) sofreram queda sensível no número de governos municipais.

A recuperação do PT, que irá governar 252 municípios, ainda está muito distante do pico alcançado antes do golpe de 2016 que destituiu a presidenta Dilma. Em 2008 e 2012, o PT venceu as eleições em 558 e 635 municípios, e entre esses, grandes cidades e capitais de Estado. Esse campo político obteve resultados semelhantes nas proporcionais, tendo como referência 2020. PSB e PT aumentaram seus vereadores: 3.575 e 3.116, respectivamente. PDT, PV e PCdoB sofreram quedas sensíveis, elegendo 2.486, 481 e 345 vereadores no país. O PSOL registrou pequena baixa elegendo 80 vereadores. O conjunto da esquerda e centro esquerda manteve os números de 2020 de pouco mais de 10.000 vereadores.

No caso do PT, a recuperação nessa eleição deve ser avaliada na comparação com o período anterior ao golpe de 2016. Em 2012, o PT havia alcançado a marca de 5.166 vereadores(as) eleitos(as). Esse dado reflete as consequências do golpe, a criminalização do partido pela mídia, pela Operação Lava-Jato e o papel do Judiciário e do Congresso naqueles episódios.

O PT recuperou algumas posições em termos quantitativos embora de forma limitada, aquém do necessário. Obtivemos vitórias qualitativas que devemos valorizar e tomar como base para avançar.

Entre nossas vitórias mais expressivas estão aquelas em que pudemos formar maiorias mais consistentes e conscientes em cidadelas da democracia. Bons exemplos: Juiz de Fora e Contagem, em Minas. Estão também as disputas onde, mesmo não ganhando, fincamos bandeiras da democracia e da igualdade. Estão as novas cidades conquistadas e bancadas ampliadas. É fundamental que estejam vinculadas ao mesmo movimento de atualização das tarefas do PT.

A vitória do campo conservador e da direita, em número de votos alcançados no 1º turno, revela um crescimento acentuado do PL, que triplicou seus votos em relação a 2020. Os dez mais votados, em milhões de votos foram: PL (15,7), PSD (14,5), MDB (14,4), UB (11,3), PP(9,9), PT(8,9), REP.(7,4), PSB(6,5), PSDB (4,7) e PODE (3,5). Dos grandes partidos, a maior perda é do PSDB, cuja votação caiu à metade. PDT e Podemos também sofreram quedas significativas.

O número de votos, no entanto, não expressa automaticamente o número de prefeituras conquistadas. A maioria dos municípios são pequenos. Nessa eleição os dez maiores partidos em número de prefeitos(as) eleitos foram: PSD (891), MDB (864), PP (752), UB (591), PL (517), Republicanos (440), PSB (312), PSDB (276), PT(252) e PDT(159). O PL, apesar de mais votado, alcançou a quinta posição no

números de Prefeituras, refletindo a enorme desigualdade de habitantes entre os municípios. Mas, apesar da desigual capilaridade, esses 10 maiores partidos em prefeitos(as) eleitos somam mais de 5.000 dos 5.550 municípios brasileiros, reafirmando a tendência de diminuição das siglas partidárias.

Mesmo considerando o PL como o núcleo duro do bolsonarismo, o maior crescimento em número de eleitos (as) foi do PSD, partido centrista que, como afirma seu líder maior Gilberto Kassab, “ não é um Partido de Direita nem de Esquerda”. Mas, na festa da vitória no palanque de Ricardo Nunes (MDB) era um dos mais sorridentes. Abraçado ao governador Tarcísio (Republicanos), já o lançava a Presidente em 2026. Esse cidadão e seu Partido dirigem Ministérios do Governo Lula.

Esses grandes partidos podem ter diferenças com o bolsonarismo, mas são todos neoliberais apesar das diferentes denominações e também com grandes diferenças regionais. Não possuem identidade programática nacional e realizam alianças regionais onde sustentam políticas antipopulares.

Aqui se evidencia o peso da implantação e representação social nos pequenos e médios municípios e o peso nominal, pelo prestígio e reconhecimento dos candidatos. Apesar de Partidos que têm origem no período ditatorial (ARENA e MDB), esses partidos hoje ( PP e MDB), mesmo em declínio permanente, seguram-se nessa implantação social e lideram as maiores redes de vereadores: MDB (8.050), PP (6.904), seguidos pelo PSD (6.559), União Brasil (5.445), PL (4.924) e Republicanos (4.605). São, também, os Partidos que mantêm uma vida orgânica pela ação parlamentar e a manutenção de locais, sedes e relação com as entidades existentes nas comunidades.

Na maioria desses municípios a sobrevivência de vida orgânica dos partidos do campo popular e socialista é extremamente difícil, pois as pressões e a perda de emprego ou de espaço profissional é uma realidade permanente.

A soma dos(as) vereadores(as) do campo popular e socialista nesta eleição ficou em torno dos 15% apenas, portanto, uma vitória expressiva do campo conservador e uma base importante na capilaridade das candidaturas proporcionais das Assembleias e Câmara Federal desses Partidos. Aqui, é importante ressaltar, de novo, as “regras do jogo”. As Câmaras Municipais em sua esmagadora maioria possuem entre 9 a 11 vagas - e onde a presença e o ritmo legislativo não impedem a manutenção do vínculo empregatício ou da atividade profissional. O alto custo do Legislativo e a remuneração dos vereadores (as) nos pequenos municípios, justifica a manutenção de uma representação mínima em prejuízo da democracia. O quociente eleitoral em torno de 10% acaba sendo uma cláusula de barreira para as minorias ou pequenos partidos vistos como contestadores do senso comum e do conservadorismo.

Nas eleições majoritárias, os resultados apontam a tendência anunciada: com a cláusula de desempenho aprovada para alcançar 3% em 2030, mas já gradativamente em vigor, em relação aos votos da Câmara Federal, como um mínimo para ter direito à bancada e aos Fundos Partidário e Eleitoral, os 35 partidos registrados reduzem-se rapidamente.

O direito de formar Federações Partidárias, com caráter nacional, programa comum, liderança de bancada, prazo de validade, etc influencia também para o fortalecimento e consolidação de Partidos programáticos, com ideologias bem definidas e que fortaleçam a democracia. Os partidos devem ser os responsáveis pela qualificação democrática, organizando vontades coletivas, garantindo a vida partidária, selecionando seus melhores quadros para as funções públicas, garantindo a democracia interna e controlando os eleitos pelos quais é responsável. Essas tendências é que devem nortear nossa presença na formação de Federações ou blocos e não essas coalizões de governo contraditórias com nossa estratégia.

Ao contrário de discursos catastrofistas, derrotistas e até niilistas, é preciso partir da força acumulada das esquerdas e das duras vitórias eleitorais recém conquistadas para se retomar o caminho da esperança dos trabalhadores e do povo brasileiro. A força numérica de votos de uma coalizão de esquerda e centro-esquerda alcança hoje ainda mais de 20 % dos votos. Além do governo do país, com toda sua capacidade de iniciativas, conta com o apoio de governos estaduais importantes e em cidades populosas. Há um grande potencial de apoio majoritário a ser conquistado entre trabalhadores, mulheres e negros. Há divisões importantes entre as direitas e extrema-direitas neoliberais, cujo caminho de unificação está longe de estar garantido. E principalmente os movimentos sociais, apesar de em crise, guardam uma capilaridade e potencial de mobilização nacional que não pode ser caracterizada simplesmente como de um descenso.

Construir esta grande convergência política entre governo, frente de partidos e movimentos sociais em torno à luta anti-neoliberal pelos direitos dos trabalhadores e do povo brasileiro é o grande desafio da esperança nestes anos decisivos do segundo período do mandato Lula. É o caminho de uma vitória possível e necessária.

#### **4. Os problemas e lições do processo eleitoral**

Mesmo não considerando as eleições municipais como melhor indicador para uma avaliação do nível de consciência social, é um dado relevante e com consequências para as comunidades e para as eleições gerais de 2026. Nesse sentido, vamos elencar alguns argumentos e desafios que precisamos responder.

**a) É flagrante que o Partido vem perdendo organicidade e capilaridade assim como se percebe o não crescimento de novas filiações e expansão física nos**

municípios. Desde a reforma estatutária de 2001, o PT transformou-se em um Partido de mandatos, eleitoral e menos um partido de militância para filiar, organizar e lutar em várias frentes em torno de reivindicações concretas e lutas gerais. O fim da contribuição financeira pelos filiados, com exceção dos eleitos e cargos comissionados, fragilizou o Partido mantendo-o subordinado aos mandatos e aos Fundos Estatais, Partidário e Eleitoral.

No caso atual, isso agravou-se com as prorrogações de mandatos das direções partidárias e as possibilidades de indicações de candidaturas por maioria compostas nos diretórios, eliminando as prévias estatutárias, não renovando as direções e não estimulando campanhas permanentes de filiação e crescimento, com consequências evidentes nos resultados eleitorais de 2024. O número de municípios com o Partido organizado e preparado para luta social e momentos eleitorais diminuiu sensivelmente e isso teve consequências eleitorais diretas.

**b) A vitória eleitoral de 2022 ao invés de servir de emulação à militância, ao contrário, retira autonomia do Partido e das lutas sociais e o mantém paralisado ou refém das iniciativas do governo, muitas delas respondendo à coalizão atual em Brasília e não à organização e mobilização social que representamos. Sem sinalização de bandeiras de luta, sem iniciativas que mobilizem as pessoas para defendê-las, é difícil esperar a adesão ao governo e aos partidos que o defendem.**

No sentido de se aproximar de setores evangélicos ultra-conservadores, o governo vem colocando em segundo plano a defesa vigorosa e clara dos direitos das mulheres, dos negros, LGBTQI+, os quais inclusive garantiram a sua maioria eleitoral nas eleições de 2022.

**c) o Partido carece de um programa democrático antineoliberal que oriente e organize a preparação dos programas e campanhas nas disputas estaduais e municipais. Há uma perda de identidade política programática que se expressa desde a política de alianças até aos programas eleitorais, que nos exigem em esferas federativas distintas coerência de comportamento: em relação à globalização neoliberal versus a multipolaridade mundial, a integração latino-americana, a questão das catástrofes climáticas, as privatizações e concessões de serviços públicos, a democracia participativa como eixo central da luta política, a reforma educacional e a escola pública, às redes públicas de comunicação, ao enfrentamento das desigualdades salariais e previdenciárias no setor público e outras políticas públicas. Todas essas questões exigem que nossas propostas nos Municípios, Estados e União tenham coerência e caráter anti-capitalista, no sentido que se integram numa perspectiva de transição, mesmo em condições de relação de forças adversas.**

Sem isso, sem uma independência e ação partidárias, as submissões e derrotas no Congresso, bem como o abandono de compromissos eleitorais, transformam-se

não em programa de resistência, mas em modelo de rendição às políticas neoliberais nas demais esferas administrativas federativas.

**d) As reformas eleitorais de 2017 e 2021 estão em curso.** O fim das coligações proporcionais, a cláusula de desempenho, o financiamento eleitoral e as Federações tiveram nessa eleição mais um teste. A diminuição do número de partidos é positiva e necessária, mas ainda não se avançou para regras mais democráticas. A diminuição decorre da cláusula de desempenho, consequente acesso aos Fundos públicos e a possibilidade das Federações.

Esta foi a eleição com maior unidade do campo popular e socialista e isso é histórico, desde o novo pluralismo partidário dos anos 80. Por sua importância, precisa ser preservada e ampliada. Não devemos recuar, e sim considerar uma conquista histórica no caminho para uma unidade maior do campo popular e socialista. Ainda tivemos problemas, além da unidade das duas Federações, com PSB e o PDT, mas não podemos abdicar de continuar lutando por essa unidade e enfrentar a regra que limita número de candidatos proporcionais na Federação.

A unidade e o funcionamento permanente é o desafio a ser perseguido, como estratégia de construção de uma sólida frente popular e socialista. O bloco de esquerda e centro esquerda identificado no item 3, nestas eleições, com todos os problemas, sem presença em muitos municípios, fez mais de 22 milhões de votos e mais de 10 mil vereadores. Essa é a base sólida para disputar 2026 e ter como sustentação de uma tática de coalizões de governo com setores do Centro.

Essa tarefa passa, também, pela busca de unidade com os partidos que se reivindicam do anticapitalismo e não tem representação parlamentar. Queremos que se somem na construção da unidade estratégica desse campo. Não podemos nos iludir com os partidos que ostentam a condição de campeões de votos e de prefeituras, mas que não possuem unidade programática e ideológica para sustentar esses números já nas eleições de 2026.

**f) Chama-se de pragmática aquela política que reduz o horizonte de expectativas à correlação de forças dadas, sem criar as condições para alterá-las e conformando o seu programa a este horizonte baixo de expectativas.** Este é, sem dúvida, o maior risco hoje do governo Lula e do PT: após colher os resultados políticos negativos da sua pragmática nestas eleições de 2024, ser levado a aprofundá-la nesta segunda metade de seu mandato.

Dois anos depois da vitória apertada sobre o amante da tortura, temos o desafio de fazer muito mais nos próximos dois anos para vencer em 2026 com um programa democrático antineoliberal e com um forte movimento social e político em defesa de mudanças maiores.

O PT precisa liderar democraticamente esse processo. E começa por uma ampla mobilização e participação da militância. Propomos que a experiência do seminário de Brasília seja estendida e recriada nos estados e municípios.

A reeleição de um novo governo com programa anti-neoliberal, que crie as condições necessárias para o exercício do programa eleito, depende fundamentalmente do aumento substantivo da popularidade do governo Lula (hoje em uma situação de empate técnico entre apoio e rejeição) e da capacidade de mobilização de sua base social (em aberta crise nestes anos de 2023 e 2024). É apenas através desta força política combinada de potencial de voto e de mobilização social que se pode atrair setores fisiológicos da direita neoliberal, dividindo a sua base social e neutralizando sua capacidade de articulação política.

**e) A extensão da pauta remete a necessidade de uma hierarquia de alguns temas por sua urgente preparação.** Depois de anos sem renovação dos Diretórios, do reconhecimento de que o PED precisa ser alterado e antecedido de uma campanha de filiação e crescimento do Partido, impõe-se a necessidade de elaboração de teses e propostas junto com outras correntes do Partido para abrir o debate nacional sobre a alternativa mais congressual e militante possível para a próxima eleição interna. A eleição direta na base municipal, tempo de filiação, reconhecimento prévio dos Diretórios municipais organizados e o debate das teses inscritas são requisitos pelos quais devemos trabalhar e disputar internamente. O Diretório Nacional de dezembro/ 2024 deve servir para a articulação e produção dessas teses, para que o debate democrático percorra o Partido nos primeiros meses de 2025. É preciso transformar o PED em um processo participativo da militância.

**GTn da DS, 11 de Novembro de 2024**